

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Recentes informações recolhidas pelo Grupo Parlamentar do PCP dão conta que é intenção do Governo transferir o Lar das Fontainhas, sito na cidade do Porto, para a Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Existindo no distrito, e muito particularmente na cidade do Porto, uma grave falha de lares de terceira idade, sendo este, tanto quanto sabemos, o único lar público na cidade do Porto, importa perceber o porquê da entrega a uma entidade privada.

Importa também referir que, de acordo com informações transmitidas, o Governo prepara-se para transferir mais um equipamento, desta vez um centro de dia, para esta mesma instituição.

Nada move o PCP contra as instituições de solidariedade social, mas estas não podem substituir aquele que é o papel do Estado e estas têm, como não podia deixar de ser, natureza e formas de funcionamento distintos do sector público.

Mais importa que o relacionamento com estas instituições e a gestão do património do Estado seja feito com total transparência, imparcialidade, e com a obrigatória defesa do interesse público face a interesses privados.

Tendo em conta esta realidade e manifestando desde já a oposição do PCP à operação em curso, importa apurar quais as razões que determinam esta transferência e questionar o que ganha o Estado e os utentes com esta opção.

Assim ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição e nos termos e para os efeitos do 229º do Regimento da Assembleia da República, pergunto a este **Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social** o seguinte:

1.º- Qual era o custo mensal que o Estado, via segurança social, tinha com o lar das Fontainhas?

2.º Qual é o custo mensal que o Estado, via segurança social ou outro ministério, vai assumir quando a transferência deste equipamento para a Santa Casa da Misericórdia do Porto estiver completamente feita?

3.º Qual vai ser o futuro dos trabalhadores deste Lar?

4.º Existindo trabalhadores a recibos verdes e outras formas de contratação precária enquanto trabalhadores pagos pela segurança social, que medidas vai este Ministério tomar para salvaguardar e regularizar os vínculos destes trabalhadores?

5.º Existem outros equipamentos a serem transferidos para esta instituição?

6.º Após a transferência do Centro de Reabilitação do Norte para esta instituição, após a transferência do Lar das Fontainhas, importa questionar o porquê da entrega destes equipamentos, sem concurso, à Santa Casa da Misericórdia do Porto?

7.º Por que razão decidiu este Ministério transferir este equipamento?

8.º O que impedia ou impede o Estado de gerir, como até aqui acontecia, este equipamento?

9.º Como vai este Ministério assegurar a resposta pública e cumprir o seu papel, a que está constitucionalmente obrigado, nestas valências no distrito do Porto?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 24 de Janeiro de 2014

Deputado(a)s

JORGE MACHADO(PCP)

PAULA BAPTISTA(PCP)